



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ATO N. 275, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2005

Institui normas para concessão de bolsas de pós-graduação a servidores do Superior Tribunal de Justiça.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 21, XXXI, do Regimento Interno, considerando a conveniência de tornar acessíveis ao corpo funcional do Tribunal as oportunidades de aprendizagem, consoante preconizado pela Política de Gestão de Pessoas, instituída pelo Ato nº 116, de 17 de junho de 2005, e tendo em vista o decidido nos autos do Processo Administrativo STJ nº 8.714/2005, **RESOLVE**:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Tribunal pode conceder bolsas de pós-graduação a seus servidores, com o objetivo de desenvolver-lhes as potencialidades nas respectivas áreas de atuação ou contribuir para a efetividade de projetos estratégicos.

§ 1º Para os efeitos deste Ato, consideram-se:

I - curso de pós-graduação *lato sensu*: aquele voltado para o aprimoramento acadêmico ou técnico-profissional, com caráter de educação continuada, duração máxima de 2 (dois) anos e carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, não computado o tempo de estudo individual ou em grupo, sem assistência docente, e o reservado, obrigatoriamente, para elaboração de trabalho de conclusão de curso, compreendendo os cursos de especialização, os de aperfeiçoamento e os designados como MBA (*Master Business Administration*) ou equivalentes, oferecidos por instituições de ensino superior ou instituições credenciadas pelo Ministério da Educação para atuarem nesse nível educacional;

II - curso de pós-graduação *stricto sensu*: aquele que compreende programas de mestrado, sujeito às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento previstas na legislação e dependente de homologação pelo Ministério da Educação.

§ 2º Não se concederá bolsa de pós-graduação para participação em programa de doutorado.

Art. 2º São condições para concessão de bolsa de pós-graduação:

I - compatibilidade entre o horário das aulas e demais atividades do curso e o de expediente do servidor;

II - disponibilidade orçamentária;

III - manifestação favorável do titular da unidade de lotação do servidor;

IV - correlação do conteúdo do curso com as atribuições da unidade de lotação do servidor ou com projeto estratégico do Tribunal.

CAPÍTULO II

DOS PRÉ-REQUISITOS

Art. 3º A bolsa de pós-graduação pode ser concedida a:

I - servidor ocupante de cargo efetivo do Tribunal;



II - servidor requisitado de órgão ou entidade da administração pública direta e indireta para exercer função comissionada ou cargo em comissão no Tribunal;

Parágrafo único. Fica vedada a concessão de bolsa de pós-graduação a servidor que, no prazo de 4 (quatro) anos a contar do último dia de inscrição no processo seletivo de que trata o art. 5º, venha a completar as exigências para aposentadoria estabelecidas na legislação que estiver vigente.

Art. 4º Observado o disposto no artigo anterior, o candidato a bolsa de pós-graduação deve atender aos seguintes requisitos:

I - não ter participado de curso de pós-graduação custeado pelo Tribunal nos últimos 3 (três) anos, contados a partir da aprovação do trabalho de conclusão de curso pela instituição de ensino;

II - não estar usufruindo nenhuma das licenças previstas no art. 81, II a IV e VI e VII, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, nem estar afastado com fundamento nos arts. 93 a 96 da mesma Lei.]

CAPÍTULO III

DO PROCESSO SELETIVO E DO REEMBOLSO

Art. 5º O Diretor-Geral baixará normas para disciplinar a realização de processo seletivo destinado à concessão de bolsas de pós-graduação, definindo em especial:

I - o total de bolsas de pós-graduação a ofertar e sua distribuição por unidades, por áreas de atividade ou por outros critérios;

II - o valor máximo da bolsa de pós-graduação;

III - as etapas do processo seletivo e seus respectivos prazos;

IV - os critérios para atribuição de pontuação aos candidatos.

Art. 6º É vedada a participação simultânea do servidor em mais de um processo seletivo.

Art. 7º Para custear as bolsas de pós-graduação, o Tribunal adotará procedimento de reembolso, assim entendida a devolução, ao servidor, do valor que, comprovadamente, este tenha despendido para participar do curso, observado o valor da bolsa.

§ 1º Serão reembolsados apenas os valores de taxa de matrícula, mensalidade, anualidade, parcela ou prestação relacionados à participação no curso, excluindo-se:

I - o valor que exceder o montante autorizado para custeio da bolsa de pós-graduação;

II - os valores referentes ao processo de pré-seleção para o curso pretendido pelo servidor, assim como os de multas, juros ou encargos decorrentes de atraso no pagamento à instituição de ensino.

§ 2º Para a obtenção do reembolso, o servidor deve apresentar cópia do contrato, ajuste ou outro instrumento celebrado com a instituição de ensino e comprovante de pagamento em que conste:

I - nome do servidor e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

II - nome e inscrição da instituição de ensino no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

III - valor pago;

IV - períodos, módulos, matérias ou disciplinas a que se refere o pagamento.

§ 3º O valor da bolsa de pós-graduação só poderá ser utilizado no ano de sua concessão, ficando vedada a transferência de saldo para exercícios seguintes.

CAPÍTULO IV

DOS DEVERES DO BOLSISTA

Art. 8º O servidor contemplado com a bolsa de pós-graduação:

I - não pode pedir aposentadoria nem incidir nas hipóteses previstas no art. 10, VI a XI, durante os 2 (dois) anos seguintes à data de aprovação do trabalho de conclusão de curso pela instituição de ensino, sob pena de ressarcimento do valor custeado pelo Tribunal, proporcionalmente ao tempo restante para complementação do citado período;

II - entregará à unidade gestora de recursos humanos:

a) cópia, impressa e em meio eletrônico, do trabalho de conclusão de curso, com a menção atribuída pela instituição de ensino;

b) histórico escolar;

c) certificado de conclusão do curso ou documento que comprove a titulação obtida;



III - observará os sistemas e métodos de trabalho apresentados durante o curso, para possível implementação no Tribunal, e coletará bibliografia de livros, periódicos, monografias e outras publicações, disseminando no ambiente de trabalho as informações coligidas, por iniciativa própria ou sempre que solicitado pelo Tribunal;

IV - prestará informações e esclarecimentos a respeito do curso, da instituição de ensino e de seu aproveitamento em cada período, módulo, matéria ou disciplina, quando solicitado pelo Tribunal.

Art. 9º No trabalho de conclusão de curso, o servidor deve desenvolver tema correlacionado com as atribuições de sua unidade de lotação ou com projeto estratégico, admitida ainda sua vinculação com inovações em serviços ou atividades do Tribunal.

Parágrafo único. A unidade gestora de recursos humanos destinará cópia do trabalho de conclusão de curso à Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, que o disponibilizará para consulta.

CAPÍTULO V

DO CANCELAMENTO DA BOLSA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Art. 10. Será cancelada a bolsa de pós-graduação em caso de:

I - descumprimento de disposições deste Ato;

II - reprovação no curso;

III - desistência do curso;

IV - trancamento de disciplina, módulo ou matéria do curso, sem prévia autorização do Tribunal;

V - aposentadoria, ressalvada a investidura em outro cargo sem interrupção do vínculo com o Tribunal;

VI - exoneração, a pedido ou de ofício, de cargo efetivo ou em comissão do quadro de pessoal do Tribunal, observada a ressalva do inciso anterior;

VII - dispensa de função comissionada, a pedido ou de ofício, quando se tratar de servidor requisitado, ressalvada a designação para outra função sem interrupção do vínculo com o Tribunal;

VIII - mudança de unidade de lotação, ressalvada a movimentação para Gabinete de Ministro ou para atender ao interesse da Administração;

IX - demissão;

X - posse em outro cargo público inacumulável, observadas as ressalvas dos incisos V e VII;

XI - licenças previstas no art. 81, II a IV e VI e VII, da Lei nº 8.112/90 e afastamentos com fundamento nos arts. 93 a 96 da mesma Lei.

§ 1º Cancelada a bolsa de pós-graduação, o servidor deve ressarcir ao Tribunal o valor por este despendido, na forma dos arts. 46 e 47 da Lei nº 8.112/90, ficando, nos 2 (dois) anos subsequentes ao cancelamento, impedido de receber idêntico benefício.

§ 2º O servidor aposentado por invalidez está isento do ressarcimento de que trata o parágrafo anterior.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. O servidor beneficiado com a bolsa de pós-graduação se obrigará, mediante assinatura de termo de compromisso, a cumprir as disposições deste Ato.

Art. 12. Fica vedada a mudança de curso ou de instituição de ensino, salvo expressa autorização do Diretor-Geral.

Art. 13. Poderá ser celebrado convênio, acordo ou instrumento equivalente entre instituição de ensino e o Tribunal, visando à promoção de cursos de pós-graduação específicos para os servidores.

Art. 14. O Tribunal alocará anualmente, observada a disponibilidade orçamentária, os recursos necessários à concessão das bolsas de pós-graduação de que trata este Ato.

Art. 15. É delegada competência ao Diretor-Geral para baixar as normas complementares necessárias ao cumprimento deste Ato.

Art. 16. Ficam revogados o Ato nº 47, de 9 de março de 2005, a Instrução Normativa n.º 1, de 16 de março de 2005, e as demais disposições contrárias.

REVOGADO

Art. 17. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro EDSON VIDIGAL